

**SUDÃO DO SUL:  
AS CONSEQUÊNCIAS DA COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO  
AFRICANA.**

**Aluna: Josefina Chudnobsky  
Orientador: Prof. Ms. Natalício Batista Jr.**

**Resumo**

O artigo apresenta as características da colonização e descolonização africana e suas consequências na situação econômica e política do Sudão do Sul atual. O estudo parte de uma abordagem histórica sobre a industrialização na Europa, a formação dos impérios coloniais e a inserção da África no contexto das relações internacionais modernas. Com isso, em seguida, analisa o processo de independência política do Sudão do Sul, destacando as razões sociais e políticas dos conflitos nacionais.

Palavras-chave: África. Colonização. Descolonização. Sudão do Sul. Independência.

**Abstract**

The article presents the characteristics of the African colonization and decolonization and the consequences in the economic and political situation of South Sudan. The study brings an historical approach of the European industrialization, formation of colonial empires and the integration of Africa in the context of modern International Relations. With it, it analyzes the process of South Sudan Independence, describes the current sociopolitical situation, highlighting the causes of the national conflicts.

Keywords: Africa. Colonization. Decolonization. South Sudan. Independence.

## Introdução

O século 19 trouxe ao mundo muitas mudanças políticas econômicas, decorrentes da revolução industrial, do aumento da competição e concorrência dos países europeus e do aparecimento de novas lideranças no sistema internacional (França, Alemanha, Itália). O século caracterizou-se pelo fortalecimento da indústria como matriz da econômica e do produto industrial como elemento significativo do comércio internacional global atual. Para entender o que levou o advento do imperialismo e da colonização da África, é importante entender elementos significativos do contexto histórico que sustenta a industrialização enquanto matriz econômica dos impérios europeus africanos e asiáticos.

A história do século 19 caracterizou-se pela formação de fortes impérios europeus com amplos domínios territoriais e características particulares que os tornavam especiais e fortes.<sup>1</sup> Entre os países com este perfil, destacou-se, primeiramente, o Império britânico, pioneiro da revolução industrial, que se constituiu com uma forte força naval e comercial, tendo colônias espalhadas por vários países, incluindo, a sua principal, a Índia. A sua extensão era de 31.000.000 km<sup>2</sup>, abarcando uma grande parte da população mundial. Em seguida, houve o Império austro-húngaro com uma extensão de 677.546 km<sup>2</sup>, dominando a parte mais central e estratégica do território europeu. O Império germânico (futura Alemanha) também se mostrava como um forte concorrente, porém estava cercado dos três maiores rivais, o Império Russo (leste), a França (oeste) e os aliados Áustria-Hungria (sul). Era composto por 27 territórios (a maioria governados por dinastias e realezas) e tinha anexado o reino da Prússia como principal estado membro. A Revolução Francesa, protagonizada pela França, liderou os movimento de passagem de monarquia à república. O país, já no século XIX possuía muitas colônias espalhadas no mundo, incluindo colônias no continente americano. Seu poder militar era significativamente forte e a sua influência como líder na Europa, também. Tinha uma extensão de 547.030 km<sup>2</sup>. (HOBSBAWM, 1988)

O Império russo, com extensão de 22.800.000 km<sup>2</sup>, ia desde os Balcãs ao sul do Danúbio, cobrindo toda a Anatólia e o mundo árabe, do Iraque até o norte de África, possuindo mais de 100 diferentes grupos étnicos. Seu grande território constituía uma importante vantagem. Além disso, a amizade e aliança com a China tornava-o ator muito relevante na época. Para completar, o Império turco-otomano é o império mais antigo entre os mencionados e isso lhe dava muita consolidação e força. Porém, culturalmente era o mais

---

<sup>1</sup> A extensão dos territórios dos países e impérios europeus constituem terras na Europa e nas suas respectivas colônias, continentes não europeus.

distinto e diferente aos europeus. Sua extensão ia desde os Balcãs ao sul do Danúbio, toda a Anatólia e o mundo árabe desde Iraque até o norte de África. (HOBBSAWM, 1988)

Por outro lado, antigas lideranças do sistema internacional, com menos influência econômico e política, porém, com forte tradição colonial, entre eles, a Espanha, o Portugal e a Holanda. Além desses protagonistas, outros atores internacionais que geograficamente estão localizados fora da Europa, porém considerados como parte essencial ao longo do século: a China, o Japão e os EUA.

### **Contexto histórico**

O século 19 também foi caracterizado por várias guerras na Europa e conflitos por independência nas Américas, como por exemplo, a independência dos países na América espanhola. Com os valores da revolução francesa tão presentes, os países acreditavam cada vez mais no significado de estado-nação, gerando um sentido de forte nacionalidade entre os povos.<sup>2</sup>

Com a expansão industrial e tecnológica, houve um aumento da migração das zonas rurais para as cidades e o crescimento da população mundial como um todo. Isso fez com que os centros urbanos e industriais desenvolvessem-se, rapidamente, e tomassem protagonismo no marco socioeconômico. Esse foi o século de criação das grandes cidades europeias com uma densidade populacional de mais de um milhão de habitantes nelas. Entre elas, Londres, Paris, Berlim e Viena. Segundo Hobsbawm:

“Contudo, enquanto num sentido o mundo estava se tornando demograficamente maior e geograficamente menor e mais global- um planeta ligado cada vez mais estreitamente pelos laços dos deslocamentos de bens e pessoas, de capital e comunicações de produtos, matérias e idéias-, em outro sentido este mundo caminhava para a divisão.” (HOBBSAWM, 1988: 31)

Nesta perspectiva, mesmo com a descoberta de quase todos os terrenos dentro da geografia mundial e o aumento da população mundial, esse foi o século marcado pelo começo

---

<sup>2</sup> Os Estados-Nações surgiram no fim do século XVIII início do século XIX. Foram constituídos a partir do processo de industrialização com mecanismo de divisão do espaço geográfico internacional, estabelecendo uma nova configuração política e espacial. Esse conceito foi fruto da burguesia e revolução industrial que contribuiu ideologicamente (por meio da elaboração acadêmica sobre o tema no período iluminista) e fisicamente (por meio da proteção do território nacional). O nacionalismo foi uma ideologia surgida na mesma época, (após a Revolução Francesa) e teve uma grande influência na organização política de muitos estados durante todo o século XIX. A partir destas mudanças, criaram-se fortes identidades nacionais na Europa (incluindo criação de bandeiras, hinos e símbolos nacionais) para a consolidação do seu próprio nacionalismo.

da divisão do mundo. O avanço da industrialização significou a divisão no plano nacional e internacional. No aspecto nacional, os países eram estruturados por faixas de classes divididas, em uma maioria pequena administrava os bens materiais e liderava a política, gerando desigualdade social e monopólio em relação às riquezas e poder dentro do próprio país. No aspecto internacional, nasceu a divisão entre os países não industrializados e portanto consumidores (maioria colônias) e os industrializados, os produtores (maioria europeus). A divisão internacional do trabalho, consequência da industrialização no século XIX, criava divisões e distribuições de poder, consolidando a dependência dos países consumidores em relação aos produtores. Esta divisão era liderada pelos impérios europeus que dominavam as relações políticas e econômicas internacionais. Em relação ao aumento da produção e da riqueza, era necessário para conseguir seu crescimento industrial a formação de impérios movidos pelo imperialismo e expansionismo comercial e territorial. Esse processo deu início ao imperialismo europeu durante o século 19.

O imperialismo é a prática através da qual, nações poderosas procuram ampliar e manter controle e influência sobre povos ou nações mais pobres com o benefício econômico e comercial. A perspectiva da época era que, quanto mais posse de território, mais liderança e poder. Isso gerava ameaças e desequilíbrios na segurança e equilíbrio de poder entre os países europeus já que quando certo país conseguia mais poder, ele poderia tornar-se um potencial líder dentro do cenário internacional. Para impedir tal ascensão, o país movido pelo medo, insegurança e ameaça, procura aumentar o seu poder e, portanto, o seu território. Dentro dos estudos das relações internacionais, este processo se chama de Dilema de Segurança, processo em que muitos países concorrem pelo poder e liderança no sistema internacional. Em relação à economia, após a revolução industrial, na Inglaterra, muitos países europeus entraram no processo de industrialização, fazendo da indústria a principal fonte de capital para os países e motor da economia internacional. Em consequência, a divisão internacional do trabalho na época exigia dos países a procura de novos mercados e consumidores, investimentos em novas tecnologias e celeridade na produção de mercadorias a fim de alimentar a indústria. Vários países começaram a virar importantes concorrentes e competidos entre si, tendo como objetivo a expansão das suas economias, a conquista de liderança e poder no continente. Entre eles, a França, Alemanha e, claro, a Inglaterra. Estes três países tiveram protagonismo no século 19 devido suas capacidades de influência política e econômica no cenário internacional. Além de desenvolver a indústria, também conseguiram protagonismo no controle do comércio internacional, investindo, cada vez, mais em defesa e segurança militar.

A Inglaterra, por exemplo, consolidou a indústria na primeira onda de industrialização mundial, entre 1780 e 1830. Durante este período, a economia britânica era a que liderava e traçava as normas e diretrizes das relações internacionais, sendo seguida pela França, Bélgica e Suíça. A França foi o segundo país a industrializar-se na Europa, logo depois da potência britânica em meados do século XIX. A Alemanha junto ao Japão, Itália e Rússia, forma representantes da segunda onda de industrialização, ocorrida entre 1860 e 1914. Essa onda caracterizava-se por países que implementaram a indústria com o objetivo de superar o atraso econômico.

O processo de industrialização desses países europeus trouxe duas consequências principais. A primeira foi a necessidade de acabar com a escravidão tanto na África quanto nas demais colônias europeias, na América. O objetivo principal era a transformação dos antigos escravos em mão de obra assalariada, alterando seu status na divisão internacional do trabalho e incluindo-os na cadeia produtiva e do capital internacional como consumidores. Por outro lado, os países europeus sentiram a necessidade de construir uma infraestrutura (portos e ferrovias) nas colônias para garantir a eficiência das atividades extrativistas (mineração) exploratórias e fortalecer o vínculo comercial de dependência com a Europa. A segunda consequência foi a necessidade de dividir, negociar e discutir entre as potências europeias o domínio territorial sobre a África. A era dos impérios, como Hobsbawm (idem) a denomina, criou no sistema internacional, quadros de instabilidades, sobretudo, pela ausência de um único país ou império que liderasse o cenário internacional e, sim, várias nações competindo pelo poder e liderança fazendo contraposição entre si.

### **Conferência de Berlim**

No século 19, a descoberta de diamantes na África do Sul e abertura do Canal de Suez, ambos em 1869, junto com o avanço da revolução industrial e a expansão dos impérios europeus, despertaram a atenção da Europa sobre a importância econômica e estratégica do continente africano. Com isso, os países europeus começaram, rapidamente, a disputar, ocupar e colonizar os territórios na África, impulsionados pelo imperialismo e o crescimento industrial.

A Conferência de Berlim foi organizada pelo Chanceler da Alemanha da época, Otto von Bismarck, entre novembro de 1884 e fevereiro de 1885. Os países participantes foram: Inglaterra, França, Espanha, Itália, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia, império Austro-

húngaro, império Otomano, Alemanha, Portugal e os Estados Unidos. O objetivo principal da conferência, segundo Bismarck, não era discutir a soberania das colônias, mas definir normas e concessões para a ocupação em nome da paz e da humanidade. Para o Chanceler, o propósito da conquista foi beneficiar a sociedade africana com a “humanidade ocidental”, a civilização europeia com seu comércio e cultura. Desta forma,

Bismarck abriu a conferência às duas horas da tarde do dia 15 de novembro de 1884, um sábado, com um discurso breve, mas imponente. Enfatizou os objetivos desinteressados da conferência. Cabia a ela levar à África os benefícios da civilização em geral e do comércio em particular. Depois listou os principais pontos da agenda e frisou que a conferência não ia tratar de soberania, mas definir normas para a ocupação de novos territórios na costa africana, pela causa da paz e da humanidade. (WESSELING, 1998, p.130)

A mensagem dos organizadores era abrir a África ao livre comércio e à civilização por meio de cooperação e harmonia europeia, sem ter na pauta a discussão de acordos existentes ou futuros sobre a divisão da África. Entretanto, os países participantes da conferência trouxeram à mesa exigências, requerimentos e disputas antigas entre eles. De fato, prevaleceu nas seções e discussões da conferência a criação de normas e leis. No tratado final de Berlim, estabeleceram-se critérios e condições para novas ocupações na região costeira que incluíam a notificação aos outros signatários do tratado e a execução de uma autoridade efetiva. Também, aprovaram-se, duas áreas de livre comércio: a chamada “a bacia do Congo e seus tributários”, do Atlântico até os grandes lagos; e, na direção Leste, a segunda área de livre comércio, a “zona marítima oriental”, que se estendia dos grandes lagos ao Oceano Índico (WESSELING, 1998).

As brigas e as exigências das potências europeias, realmente, estiveram presentes sob o tratado de Berlim. A discussão real era a negociação e a partilha da África, considerando quais estados europeus teriam a posse sobre países africanos. A ocupação do Congo foi a questão mais demorada, pois envolvia dois rivais, a França e o Portugal. A conferência levou à criação do Estado Livre do Congo, sendo reconhecido e assinado pela França em cinco de fevereiro de 1885 e por Portugal 10 dias depois.

As chamadas potências da época, Inglaterra, França e Alemanha, tinham mais poder de barganha e negociação em relação às outras nações europeias em razão dos recursos comerciais e econômicos da época, sobretudo pela tentativa e jogo de equilíbrio de poder entre as três potências. Os recursos que os estados tinham para negociar eram as

compensações territoriais e militares. As territoriais significam negociações de territórios em conflito, tanto na Europa quanto na África, já as militares dizem respeito à negociação de apoio e segurança militar dentro e fora do continente.<sup>3</sup> Assim, os países com mais poder militar e liderança no cenário internacional eram aqueles que tiveram mais poder de barganha e, por consequência, mais conquistas (sejam territoriais ou acordos extraoficiais) durante as negociações extraoficiais, sendo eles os verdadeiros vitoriosos na Conferência de Berlim.

A colonização Francesa na África foi destacada pela chegada no Senegal onde os franceses limitaram-se a traficar escravos para as suas colônias nas Caraíbas. A França mostrou interesse pela África na época mencionada, anteriormente. Em 1830, faz uma invasão à Argélia e estabeleceu o estado de proteção na Tunísia, em 1881. Enquanto isso acontecia, as colônias francesas expandiram-se para o interior e para sul, colonizando o Sudão Francês (atual Mali) e grande parte do Norte, Centro e África ocidental. Foram os seguintes os países africanos que fizeram parte da colonização francesa: Marrocos, Tunísia, Guiné, Camarões, Togo, Senegal, Madagascar, Benin, Níger, Burkina Faso, Costa do Marfim, Chade, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão, Mali, Mauritânia, Argélia, Comores, Djibuti.

A colonização britânica teve início no final do século XVIII e na metade do século XIX. Com grande poder naval, industrial e econômico, a Inglaterra assume a liderança da colonização e partilha da África. Além da pressão exercida pelo império britânico sobre outros países europeus que possuíam colônias de exploração na América e na África, os ingleses também passaram a implantar um sistema administrativo, fortemente, centralizado na mão de colonos brancos ou representantes da coroa inglesa, em todas as suas colônias. Com isso, todas as economias e explorações das colônias estavam alinhadas aos interesses ingleses, focados no desenvolvimento industrial e comercial, no aumento da força e poder militar no cenário internacional. Para concretizar esses objetivos, eles construíram ferrovias, extraíam produtos e minerais da África, aumentavam os mercados consumidores nas colônias, investiam nas tecnologias para continuar sendo a potência que liderava a industrialização na Europa. Os seguintes países foram parte do sistema colonial do Reino Unido: África do Sul, Egito, Sudão, Gana, Nigéria, Somália, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Quênia, Malavi, Zâmbia, Gambia, Lesoto, Maurícia, Suazilândia.

---

<sup>3</sup> Como por exemplo, o território da Alsácia e Lorena, luta história entre a França e a Alemanha que acabou com consolidação e unificação ao território alemão.

A colonização alemã na África, segundo a Conferência de Berlin, dominou as colônias do Tanganica e do Sudoeste Africano Alemão, (atual Namíbia). Ambas as colônias foram perdidas após a derrota alemã na Primeira Guerra Mundial. Porém, a Diplomacia Bismarckiana acreditava na negociação não oficial de territórios em troca de acordos e tratados, geralmente, militares. Bismarck assinou uma série de alianças militares em troca de poucos territórios na África com o objetivo de proteger a Alemanha de possíveis agressões e garantir a paz no país. Em 1885, a Alemanha fundou a Sociedade Alemã Leste-Africana, que comprou grandes faixas de terra ao sultão de Zanzibar. As colônias em Ruanda e Burundi foram dadas para a administração alemã cinco anos mais tarde, numa conferência em Bruxelas em troca do Uganda e da ilha de Heligoland. Nesse momento, a economia alemã (baseada na indústria e no comércio) estava em plena expansão e se mostrava capaz de competir com a Inglaterra e a França, criando um império colonial novo e ainda instável, porém com grande potencial e futuro.

### **Descolonização**

Desde a Conferência de Berlin, momento que marcou o início da colonização na África, até o começo da descolonização, passaram aproximadamente 75 anos. Este foi o tempo necessário para o fortalecimento do capitalismo nos países africanos, a participação da economia internacional e para o surgimento dos movimentos de independência dos respectivos países. Porém, as potências europeias reprimiram estes movimentos principalmente na época do entre guerras. Os impérios europeus, ao longo da conquista e colonização do continente Africano, estabeleceram um modelo econômico, introduziram um modelo de organização político administrativo e reconfiguraram as fronteiras geográficas, submetendo tribos e grupos étnicos a modelos de educação e cultura ocidentais. O objetivo colonial era criar bases para uma exploração econômica que atendesse os interesses e demandas econômicos e políticas de um processo de industrialização liderado pela Europa. O propósito era facilitar as rotas comerciais, a exploração de certas áreas e a rápida extração de matérias primas para o continente europeu. Para isso, os colonizadores precisaram separar áreas e economias, sociedades e povos, criando rivalidades e tensões étnicas e políticas onde anteriormente havia equilíbrio na organização social tradicional dos povos africanos. Os conflitos também eram de ordem econômica, uma vez que a divisão social do trabalho na África criou quadros de desigualdade econômica entre os administradores coloniais europeus



e os nativos. Diante de quadros crescentes de insatisfação política e economia, nasceram movimentos pró-independência, com ideais e ações diversas. (VISENTINI: 2011)

No período do fim da Segunda Guerra Mundial, vários acontecimentos foram os motivos para o início da necessidade da descolonização africana. Entre eles, houve a derrota dos estados totalitário e fascistas (Itália e Alemanha); o surgimento de duas grandes potencia anticolonialistas (EUA e URSS); a formação do comitê da ONU a favor da descolonização; bem como do aparecimento das reivindicações africanas por emancipações e; do nascimento do projeto de expansão econômica das multinacionais norte-americanas, a fim de conquistar mais mercados de consumo. A economia do pós-guerra tinha como obstáculo a permanência do colonialismo africano.

Em plena Guerra Fria, um novo evento tornou possível a descolonização: a Conferência de Bandung em 1955. Esta conferência foi uma iniciativa de países em desenvolvimento de origem asiática e africana, ocorrida na Indonésia com o objetivo de se mostrar neutros e independentes no mundo bipolar e sem nenhum interesse de se envolver na luta entre as duas grandes potências da época. Os 18 países asiáticos e os seis africanos criaram uma nova força política global, chamada Terceiro Mundo visando pressionar a política internacional promovendo a cooperação econômica e cultura afro-asiática. Para isso, se posicionando contra o colonialismo e o centralismo do poder decisório que tinham as duas potências da época, os EUA e a URSS. Tal conferência teve muita repercussão já que, a agenda internacional era dominada pela disputa dos países por zona de influência entre o modelo capitalista (liderado pelos EUA) e o modelo socialista (liderado pela URSS). Porém, os países membros do chamado Terceiro Mundo, novos atores no cenário internacional do pós-guerra, acrescentaram um novo tema à agenda política internacional: o subdesenvolvimento econômico.<sup>4</sup> Os países africanos participantes foram Gana, Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão.

O processo de descolonização na África foi conduzido de maneira distinta pelos países europeus. A descolonização britânica, é relevante para esta pesquisa, uma vez que a Inglaterra controlou o processo de emancipação do Sudão.

As colônias inglesas na África dividiram-se em dois modelos de administração colonial. Por um lado, a África oriental e a central tinham uma grande concentração de ricas minorias brancas, beneficiárias da economia colonial e da exploração das terras locais além de

---

<sup>4</sup> Conceito criado para explicar como o mundo é dividido entre países ricos e industrializados e países pobres exportadores de produtos primários como produto de uma exploração colonial histórica que levou ao empobrecimento extremo e miséria em países principalmente africanos e asiáticos.

ser composto por grupos de imigrantes asiáticos, presente naquela região. Essas condições sociais facilitaram o processo de emancipação política e os problemas enfrentados depois da descolonização. Pelo outro lado, situava-se a África Ocidental, caracterizada por um forte nacionalismo, inexistência de colonos brancos e de políticas britânicas para a unificação da região. Os britânicos esperavam uma longa transição da colônia à independência com uma forte intervenção dos mesmos.

Entre 1951 e 1965, todos os países já eram independentes. Em alguns casos, isto foi fruto da forte participação do movimento de Terceiro Mundo (caso da Gana) ou resultado de uma guerra civil e pressão de grupos internos (caso da Nigéria). O que esses recém-estabelecidos países independentes tinham em comum, era a grande dificuldade de lidar com a sua autonomia por falta de existência de instituições políticas, do déficit de conhecimento na administração política e do fato de serem países economicamente pobres e com fronteiras conflituosas que levaram a enfrentamentos étnico-culturais de grupos e povos africanos.

### **Sudão do Sul**

Para poder entender a divisão entre o Sudão e o Sudão do Sul, é preciso entender a história que os une. O Sudão, conhecido antigamente como o Reino Negro “Napata”, surge no século VIII quando o Egito conquista a região depois de ficar submetido ao exército assírio e turco. O Sudão sempre foi um bom terreno a ser conquistado e um lugar muito estratégico para o continente africano devido à saída ao mar Vermelho e conexão entre a África e o Oriente Médio. As terras sudanesas foram conquistadas primeiro pelos turcos, depois pelos egípcios e imediatamente pelos britânicos.

De 1889 a 1898, o governo sudanês teve a sua primeira independência total de influências externas mesmo continuando sendo palco de disputas entre os egípcios, britânicos e franceses. Entre 1898 e 1955, o império britânico conquistou a Bacia do Nilo, em colaboração com o Egito, formando a conhecida regra anglo-egípcia na região do Sudão. Os ingleses também criaram a lei “Ordem dos Distritos Fechados” que dividia o país em dois: o Sudão do Norte e do Sul. O objetivo por trás era tomar vantagem das diferenças étnicas, culturais, religiosas do povo sudanês para ter um melhor controle do país. As pessoas eram proibidas de viajar entre as regiões sem visto autorizado pelo império britânico. Com o passar do tempo e o aumento da presença dos ingleses no Sudão, essas diferenças foram sendo fortalecidas e solidificadas, enquanto crescia paralelamente a insatisfação de expulsar os europeus das terras africanas.

Por volta de 1940, dois movimentos nacionalistas surgiram no país: a Umma e o Democratic Unionists. Ambos partidos lutaram pela autonomia e saída definitiva dos europeus. No ano 1955, o Sudão participou da Conferência de Bandung, explicada anteriormente. Sendo um dos seis países africanos participantes, teve grande protagonismo e se mostrou firme na crença que os impérios europeus e as políticas coloniais na África, deveriam chegar ao fim. Graças a estes elementos o Sudão conseguiu a sua independência da Grã-Bretanha em 1956.

Junto com a rápida autonomia, em relação a outros países africanos, vieram também longas décadas de instabilidade política no sistema parlamentar com constantes conflitos entre Norte e Sul. Em 1969 o General Ja'afar Numeiry Mohamed (admirador do presidente socialista egípcio Gamal Abdel Nasser) faz um golpe de estado. Ao mesmo tempo, na Líbia, acontecia um golpe semelhante liderado pelo Qaddafi. Desde aquele ano, começou no Sudão um regime socialista militar chamado do Conselho do Comando Revolucionário (Revolutionary Command Council) que eliminava todos seus opositores políticos, ameaçando a população inserindo o medo e terror no país. Renomeou o país para República Democrática do Sudão em 1971 e criou uma nova Constituição socialista de partido único dos anos depois. Além do seu lado militar, Ja'afar Numeiry criou instâncias participativas, reformas sociais e nacionalizou empresas estrangeiras. Em 1972, se chegou a um acordo de paz chamado Acordo de Paz Addis Abeba com os guerrilheiros do Sul sob a mediação da Conferência Mundial de Igrejas. O mesmo criou um governo regional parcialmente autônomo na parte Sul com a capital em Juba. É importante mencionar que o governo sudanês conservava um forte laço com o Movimento dos Países Não-Alinhados e a cooperação sul-sul, mesmo com os conflitos nacionais acontecendo.

Depois de alguns anos de tranquilidade, em 1983, o presidente Numeiry, que permanecia no poder, aboliu os acordos de paz assinados anteriormente e anulou o governo regional da zona sul do país, dividindo o país em três (Bahr El Ghazal, Alto Nilo e Equatoria). O desconforto do povo do Sudão do Sul e as guerrilhas fortalecidas uniram forças e provocaram uma guerra civil entre a parte norte e sul do Sudão, que só iria terminar no ano 2005. O movimento mais conhecido dentro do conflito foi Movimento Armado de Libertação do Povo do Sudão (Sudan People's Liberation Movement/Army - SPLM/A) que defendia a autonomia da parte Sul e incentivava revoltas populares contra o governo do Norte. Enquanto a guerra civil acontecia, junto com batalhas e altos números de civis mortos, em 1989, o

governo é derrubado por um outro golpe militar liderado pelos revolucionários da Salvação (Salvation Revolutionaries) vinculados ao partido da Frente Islâmica Nacional (NIF).

Porém, este novo golpe não trouxe a paz e a guerra civil se intensificou, sendo chamada da segunda guerra civil sudanesa. No dia 9 de janeiro de 2005, depois de largas batalhas, conflitos e uma situação devastadora do país, ambas as regiões do Sudão chegaram a um acordo de paz em Quênia (na cidade de Nairóbi) chamado o Tratado de Naivasha assinado pelo Governo do Sudão (GOS) e pelo o Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA/M), autorizando a nova autonomia da área sul do país. Além da Quênia que deu apoio político ao país, a ONU pediu intervir com uma missão de manutenção da paz chamada UN peace keeping mission – UNMIS com o objetivo de obter soluções pacíficas e promover a democracia e prosperidade econômica.

Embora à tentativa de missão e acordos de paz, a prosperidade e justiça nunca chegaram ao Sudão do Sul. As guerras tinham destruído os poucos recursos econômicos da região e a pobreza, miséria, violência e ameaças eram uma realidade da região sul do país. Além destas guerras civis entre a parte sul e norte do país, o Sudão é conhecido por ser o palco do conflito no Darfur, uma região ao oeste do país que está geograficamente situado no meio do conflito norte-sul mencionado anteriormente. O conflito é entre os Jajawid (milícia muçulmana) e os povos não árabes da área. O governo sudanês apoia (não oficialmente) os jajawid com armas e suporte político fazendo com que a região comece a ser um campo de batalha entre ambos. Este conflito, começado em fevereiro de 2003, chamou a atenção da comunidade internacional e a União Africana e a ONU pressionaram para assinar o Acordo de Paz de Darfur (Darfur Peace Agreement - DPA). Porém, as milícias rebeldes e violentas, não concordaram com o acordo e o conflito continuou até a intervenção da ONU na operação de manutenção da paz em 2007 e presente até a atualidade. Um ano depois, o Tribunal Penal Internacional – TPI (International Criminal Court - ICC) indiciou o presidente do Sudão, Omer al-Bashir, culpando-o pelas mortes ocorridas em Darfur no ano 2003.

Depois de muitas lutas, conflitos e missões de paz, o 9 de julho de 2011, o Sudão do Sul se torna um estado independente e autônomo. Cinco dias depois, o recém-país torna-se membro da ONU e, no final do mês de julho, une-se à União Africana. As bases constitucionais internas do Sudão do Sul já tinham sido estabelecidas em 2005, depois do fim da segunda guerra civil. Na constituição criada então, foi previsto um referendo futuro na hora que o país se tornasse autônomo com o objetivo de dar força aos civis para decidir se o país ia se tornar independente ou não. Com um 98,81% dos votos a favor, se declarou a República do

Sudão do Sul. A partir de eleições democráticas, Salva Kiir Mayardit, do partido Exército Popular de Libertação do Sudão (SPLA) e parte do grupo étnico dinka (a etnia mais numerosa no Sudão do Sul), se tornou o primeiro presidente no novo país. Mayardit está no poder desde o tratado de Naivasha e foi reeleito em 2011 com o 93% dos votos. Hoje em dia, o país apresenta as seguintes características:

### REPÚBLICA DO SUDÃO DO SUL

<i>Extensão territorial</i>	644 329 km <sup>2</sup> - Capital Juba Fronteira com Sudão, Etiópia, Quênia, Uganda, República Democrática do Congo e República Centro-Africana
<i>População</i>	11,562,695 (Julho, 2014)
<i>Densidade demográfica</i>	12,7 hab./km <sup>2</sup>
<i>Economia</i>	A economia do Sudão do Sul é principalmente rural baseada e subsistente na natureza (agricultura, pecuária, pesca e silvicultura), sendo a parte industrial muito pobre e precária.
<i>Política</i>	O Sudão do Sul é uma república, composta pela Assembleia Nacional Legislativa desde 2011. O partido político atual no governo é o Movimento de Libertação dos Sudaneses (SPLM).
<i>Clima</i>	Quente com chuvas sazonais influenciado pela mudança anual da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT). A precipitação é mais pesada nas zonas de montanha do Sul e diminui para o norte
<i>Religião/ Grupos étnicos</i>	Religião: animista, cristã  Grupos étnicos: Dinka 35,8%, Neur 15,6% e restante Shilluk, Azande, Bari, Kakwa, Kuku, Murle, Mandari, Didinga, Ndogo, Bviri, Lndi, Anauk, Bongo, Lango, Dungotona, Acholi
<i>Língua oficial/ não oficial</i>	Oficial: Inglês  Não oficial: O árabe de Juba, o Dinka tem entre 2 e 3 milhões de falantes, e outras menores o Nuer, Zande, o Bari e o Shilluk.
<i>Educação</i>	Alfabetizados 27 % (consideração a partir dos 15 anos, leitura e escrita)
<i>Saúde</i>	Taxa de natalidade: 37,68 nascimentos / 1.000 habitantes Taxa de mortalidade: 8,42 mortes / 1.000 habitantes Gastos em saúde: 2,6% do PIB
<i>Segurança</i>	O governo do Sudão do Sul assinou um plano de ação em

conjunto com a ONU (2012) para desmobilizar todas as crianças-soldados do país. Também, é o país com mais gastos militares por ano em relação ao PIB do país. Segundo a UNICEF, o Sudão é um dos países mais perigosos da África sendo proibida a entrada de civis no território.

Como os dados acima indicam o Sudão do Sul hoje em dia apresenta características devastadores e condições muito precárias em relação à saúde, educação e economia. É considerado como um dos 34 países africanos subdesenvolvidos<sup>5</sup>. Por um lado, podemos entender a importância do elevado gasto e investimento em segurança por causa de sua recente independência e instabilidade do acordo de paz assinado com o Sudão.

### **Considerações finais**

O Sudão do Sul hoje em dia é um dos países mais sensíveis a mudanças interna, devido a sua instabilidade econômica, e um dos países com menos visibilidade e relevância no cenário e mídia internacional. É claro que a origem e a raiz de tal situação é a sua conflituosa relação com o Sudão. Porém, se voltamos historicamente para o começo deste vínculo, poderemos visualizar que a origem do conflito vem da divisão política artificial e reforço das diferenças culturais criadas pelo império britânico durante a colonização da região. Os objetivos britânicos durante a colonização e descolonização eram claros: extrair a maior quantidade de recursos possíveis para a aceleração da revolução industrial e inserção dos países africanos neste processo como mercado consumidor. Os impérios europeus, ao descolonizar e sair rapidamente do continente africano no pós-guerra, não tiveram o objetivo de deixar países estáveis e sustentáveis e sim, defender os próprios interesses locais a todo custo. Esta atitude tão irresponsável de parte dos estados europeus deixou centenas de países pobres sendo a maioria considerados como subdesenvolvidos, com violentos conflitos étnicos culturais, fronteiras artificiais criadas e insustentáveis ao longo prazo e uma grande fraqueza nas instituições política que cuidam dos direitos civis. É quase impossível não atribuir estas

---

<sup>5</sup> Segundo a ONU, um país é classificado como subdesenvolvido *se* preencher três critérios: Baixa renda (média trienal do PIB per capita de menos de US\$ 750, que deve ultrapassar US\$ 900 para sair da lista), fraqueza em recursos humanos (com base em indicadores de nutrição, saúde, educação e da alfabetização de adultos) e vulnerabilidade econômica (com base na instabilidade da produção agrícola, a instabilidade das exportações de bens e serviços e desvantagens econômicas)

condições tão dramáticas e devastadoras às consequências colonização e descolonização europeia no continente Africano.

## Referências

COLLINS O., Robert. **A history of modern Sudan**. New York: Cambridge University Press, 2008.

FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências** São Paulo: editora Companhia das Letras, 1996.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios 1875-1914**. São Paulo: editora paz e terra S/A, 1988.

MADUT JOK, Jok. **Sudan: race, religion, and violence**. Oxford: Oneworld Publications, 2007.

VISENTINI FAGUNDES, Paulo. **A África na política internacional**. Curitiba: Juruá editora, 2011

WESSELING, h. l. **Dividir para dominar: a partilha da África**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1998.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. AFRICA: South Sudan. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/od.html>. Data de acesso: 24/4/2015.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DO SUDÃO. O livro na rua. Serie Diplomacia ao alcance de todos. Coleção países Sudão. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/787-Livro-na-rua-Sudao.pdf>. Data de acesso: 24/4/2015.

GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF SOUTH SUDAN. Site oficial. Disponível em: <http://www.goss.org/index.php/homepage>. Data de acesso: 24/4/2015.

MADUT JOK, Jok. Insecurity and Ethnic violence in South Sudan: Existential threats to the state?. THE SUBB INSTITUTE, Juba, Issue paper no.1, Agosto. 2012. <http://www.suddinstitute.org/assets/Publications/insecurity-and-ethnic-violence.pdf>. Data de acesso: 24/4/2015.

## ANEXO A



Mapa da divisão política entre o Sudão e o Sudão do Sul

Fonte: SITE, 2015.



